



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640097 - SP (2021/0013064-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : ROBSON OLIVEIRA DE AQUINO
ADVOGADO : ROBSON OLIVEIRA DE AQUINO - SP267543
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JULIA RAISSA GOMES DE ALMEIDA (PRESO)
PACIENTE : KAMYLLA FERNANDA GOMES DE ALMEIDA (PRESO)
PACIENTE : LUCILIA GOMES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIA RAISSA GOMES DE ALMEIDA, KAMYLLA FERNANDA GOMES DE ALMEIDA e LUCILIA GOMES DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2303803-83.2020.8.26.0000).

As pacientes foram presas preventivamente e denunciadas como incursas nos arts. 2º, §§ 3º e 4º, III, da Lei n. 12.850/2013, 171, § 4º, por 12 vezes, e 158, § 1º, por 5 vezes, ambos do Código Penal, e 1º, §§ 1º, 2º e 4º, da Lei n. 9.613/1998, por várias vezes, em continuidade delitiva, todos na forma do art. 69 do Estatuto Repressivo.

O impetrante sustenta que as acusadas são primárias, trabalhadoras, possuem residência fixa e filhos menores de 12 anos de idade, predados que lhes permitiriam responder ao processo em liberdade.

Aduz que os crimes foram praticados por estrangeiros entre os anos de 2018 e 2019, acrescentando que as rés teriam apenas emprestado suas contas, não tendo conhecimento de que estavam recebendo valores ilícitos, o que revelaria a desnecessidade de sua custódia.

Alega que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas ou por prisão domiciliar.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva das pacientes, concedendo-lhes liberdade provisória sem fiança ou prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação das pacientes. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Com efeito, a decisão de fls. 51-54 foi proferida no HC n. 230465-81.2020.8.26.0000, impetrado em favor de INGRID LYDIANE SANTOS SILVA, pessoa estranha ao presente *mandamus*, não havendo na documentação que instrui este *writ* ato coator referente às pacientes e sujeito à jurisdição deste Sodalício.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência